

CONTAGIONISMO, ANTICONTAGIONISMO E RAÇA: A LEPROA NO MARANHÃO NOS ESTUDOS DO

JOVEM MÉDICO RAIMUNDO NINA RODRIGUES

CONTAGIONISM, ANTICONTAGIONISM AND RACE: LEPROSY IN MARANHÃO IS STUDIED BY THE YOUNG DOCTOR
RAIMUNDO NINA RODRIGUESLeonardo Dallacqua de Carvalho*
leo.historiafiocruz@gmail.com

RESUMO: O médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues é reconhecido na historiografia nacional por seus estudos acerca das desigualdades raciais. Nas fases iniciais de sua trajetória científica, esse interesse vinculava-se às pesquisas sobre a lepra no Maranhão. Assim, analiso como esses estudos preliminares sobre a lepra foram elaborados, sobretudo no que diz respeito aos debates entre contagionismo e anticontagionismo. Para isso, tomo como base suas primeiras publicações no periódico *Gazeta Médica da Bahia*, nos anos de 1888 e 1889, *As coletividades anormais* (2006) e o livro do médico Heráclides César de Souza Araújo, *da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, v. 1, de 1946. Por meio da História Intelectual, assim como John Pocock (2003), há uma intenção em observar a linguagem como uma alternativa cultural em que atores históricos estão envolvidos com às suas comunidades, como médico-científica do século XIX, da qual Nina Rodrigues faz parte. O texto objetiva, portanto, examinar como Nina Rodrigues discutiu as teses contagionistas e anticontagionistas, a questão da hereditariedade, o quadro clínico e de que modo a noção de raça começava a se estruturar em seu pensamento em relação à doença.

PALAVRAS-CHAVE: Nina Rodrigues; Lepra; Raça; Maranhão

ABSTRACT: The physician from Maranhão, Raimundo Nina Rodrigues, is recognized in Brazilian historiography for his studies on racial inequalities. In the early stages of his scientific career, this interest was closely linked to his research on leprosy in the state of Maranhão. Accordingly, this article analyzes how these preliminary studies on leprosy were developed, particularly in relation to the debates between contagionism and anti-contagionism. To this end, I draw on his early publications in the *Gazeta Médica da Bahia* from the years 1888 and 1889, *As coletividades anormais* (2006), and the work of physician Heráclides César de Souza Araújo, *Da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500–1889)*, vol. 1, published in 1946. Through the lens of Intellectual History, following the approach of John Pocock (2003), this study seeks to observe language as a cultural alternative in which historical actors are engaged with their respective communities—such as the nineteenth-century medical-scientific community to which Nina Rodrigues belonged. The objective, therefore, is to examine how Nina Rodrigues addressed contagionist and anti-contagionist theories, the issue of heredity, the clinical

* Doutor em História pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ-RJ (2019) com bolsa FIOCRUZ. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2014) com bolsa FAPESP. Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2010) com bolsa FAPESP. Professor no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Foi pesquisador-bolsista PDCTR - FAPEMA-CNPq (2021-2024). Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2021-2022). A presente pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do PDCTR-00337/20 – Edital 19/2019.

manifestations of the disease, and how the notion of race began to take shape in his thinking in relation to illness.

KEYWORDS: Nina Rodrigues; Lepra; Raça; Maranhão

Introdução: Em busca da lepra maranhense

O objetivo do texto é analisar as discussões promovidas pelo médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues acerca da propagação da lepra no Maranhão. Interessa pensar o estágio do conhecimento científico da doença no final do século XIX, especialmente sobre contagionismo, anticontagionismo e raça.

No que se refere ao método, o texto adota a perspectiva da História Intelectual. Como destaca Jean-François Sirinelli, é fundamental observar os fenômenos relacionados ao comportamento político dos intelectuais diante de diferentes questões, refletindo, sobretudo, sobre como esse “poder intelectual” alcança a sociedade. Para o historiador francês, “a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (Sirinelli, 1996, p. 232). Não se desconsidera, portanto, toda a sensibilidade ideológica e cultural presente, especialmente nas formas de organização profissional que, como aponta o autor, encaminham-se para uma compreensão de sociabilidade complexa e de difícil apreensão. A linguagem assume uma visão decisiva para historicizar o discurso e os ideais políticos, para John Pocock (2003). Assim, pensando a linguagem como um recurso cultural, Nina Rodrigues compartilha com seus pares uma visão que mobiliza tanto o ideário científico como o cultural-político determinista do final do século XIX em meio aos diagnósticos sobre as causas da lepra no Maranhão. Nesse sentido, na conjuntura médica da transição do século XIX para o XX, torna-se relevante considerar a linguagem utilizada pelos médicos em suas produções intelectuais como veículo de representação da realidade e meio de expressão das evidências, conforme observa a historiadora das ciências Dominici Miranda de Sá (2006, p. 183).

A análise das fontes foi feita por meio das publicações na *Gazeta Médica da Bahia* no final do século XIX, local de trânsito intelectual da personagem àquela altura. Mais tarde, o médico maranhense ficaria conhecido igualmente por conta da sua produção intelectual em livros como *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), *O animismo*

fetichista dos negros baianos (1900), *O alienado no Direito Civil Brasileiro* (1901), entre outros. Outra fonte para dialogar com Nina Rodrigues e a lepra foi a publicação de *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, de Heráclides César de Souza Araújo (1946). Todas as fontes estão disponíveis virtualmente nas bases de dados da Revista *Gazeta Médica da Bahia* (<https://periodicos.ufba.br/index.php/gmb>), Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) e *Arquivo Pessoal Souza-Araújo*, disponível na *Base Arch* (o repositório de informações sobre o acervo arquivístico da Fundação Oswaldo Cruz) (<https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/souza-araujo>).

Sendo assim, a análise das fontes localizadas na *Gazeta Médica da Bahia* e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional permitiu rastrear as primeiras publicações do jovem Nina Rodrigues relacionadas ao estudo da lepra no início de sua trajetória médica. Ao mesmo tempo, a utilização da obra *História da Lepra no Brasil: Períodos Colonial e Monárquico (1500–1889)*, de Heráclides César de Souza Araújo (1946), possibilitou um diálogo sobre a representação histórica da doença, conforme a interpretação de Souza Araújo desde o início da colonização.

Nascido em 1862, em Vargem Grande, no Maranhão, Raimundo Nina Rodrigues frequentou as Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, obtendo o título de médico em 1887. Dois anos depois conquistou a cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia. Sua vasta produção engloba estudos de lepra, sistema nervoso, psiquiatria, medicina legal, sistemas jurídicos, e assim por diante. No entanto, sua trajetória foi marcada por investigações relacionadas às raças, especialmente às desigualdades raciais. Entre a diversidade de livros e textos escritos, o tema da raça atravessa quase a totalidade, reservando um largo espaço a diferentes interpretações que foi construindo em torno da temática durante a sua trajetória de pesquisa. Há um Nina Rodrigues interessado em dialogar com a escola de criminologia italiana, liderada por Cesare Lombroso, mas há também um Nina Rodrigues que, posteriormente, negou o atavismo e aprofundou suas pesquisas na psicologia das massas, cujo nome de Gabriel Tarde foi um dos seus referenciais (Corrêa, 2013; Maio, 1995; Monteiro, 2016; Oda, 2003). Qualquer que seja a etapa, o médico maranhense mobilizou uma ampla biografia nacional e internacional nos debates que propunha intervir.

Quero particularizar uma fonte específica do início da trajetória de Nina Rodrigues. Trata-se do documento *Contribuição para o estudo da lepra na província do Maranhão*, de pouco mais de noventa páginas, publicado em 1888, na *Gazeta Médica da Bahia* (1888 e 1889), periódico científico vinculado à Faculdade de Medicina da Bahia. A pesquisa era a continuidade de uma outra iniciada em 1886, cujo resultado gerou um folheto intitulado de *A morpheia em Anajatuba*, em que procurou localizar a doença naquela região maranhense e expor o seu quadro clínico. O desejo no tema tem, inclusive, valor bibliográfico, uma vez que elenca os estudos do Dr. José Lourenço de Magalhães, Dr. Silva Lima e Dr. Júlio de Moura como inspirações para o trabalho com a lepra. Seu esforço caminha em comum acordo com a bibliografia no que diz respeito a projetar novas investigações realçando localidades específicas a fim de oferecer indícios inéditos por meio de contribuições parciais e circunstanciadas. Seu estudo de caso promete discutir a endemia da lepra na região maranhense de Anajatuba e suas possíveis causas, efeitos e propagações. Isto é, pensando o alastramento da lepra no cenário nacional, em que medida os argumentos a respeito do decréscimo dos casos de lepra eram aplicáveis na região maranhense, mais especificamente em localidades como Anajatuba, Vargem-Grande e Chapadinha. A rigor, foi na região dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré que Nina Rodrigues identificou uma Zona Leprosa. A região englobava parte da comarca de Rosário (Anajatuba), S. Bento, Vianna, Baixo-Mearim e S. Luiz Gonzaga.

O estudo *Contribuição para o estudo da lepra na província do Maranhão* (1888) se originou de um debate entre médicos do Maranhão e o Dr. Magalhães sobre a lepra naquela província nordestina. Magalhães acreditava em que a enfermidade era endêmica na região. Com base nessa discussão, Nina Rodrigues conduziu um estudo que abordou os aspectos históricos, geográficos, etiológicos e as formas clínicas do Mal de Lázaro. Tratarei a maioria desses pontos, não apenas para uma análise inédita dessa documentação, mas também para fornecer *insights* sobre a formação de Nina Rodrigues nas faculdades de medicina e nas ciências da sua época. Estudos sobre a perspectiva das doenças em Nina Rodrigues tem mobilizado discussões como a do historiador Filipi Monteiro (2025) a respeito da epidemia de Itapagipe, por exemplo.

Quero escrever com mais vagar os componentes históricos mobilizados por Nina Rodrigues, uma vez que a questão da raça era um elemento participante para a compreensão

da disseminação da lepra na região. Desse modo, a raça se torna um indicador para mapear a ocorrência da lepra na área. Esse ponto de partida suscita uma questão intrigante para os pesquisadores da lepra: quem trouxe a doença para o país? Foram os africanos? Os primeiros colonizadores? As ondas imigratórias posteriores? Se foram os europeus, teria sido o colonizador português, cuja lepra era endêmica em Portugal? Ou o problema surgiu de outras nacionalidades europeias que desembarcaram no país, como holandeses, franceses ou espanhóis, que também viviam em áreas endêmicas no século XVI?¹

A concepção histórica de Nina Rodrigues parte do pressuposto de que a lepra foi introduzida no Brasil durante a colonização portuguesa, uma vez que não existem registros da doença antes da chegada dos portugueses. A questão da imunidade dos povos indígenas pré-colombianos foi um tema debatido ao longo do século, como é evidenciado no extenso trabalho em dois volumes do médico Heráclides de Souza Araújo, publicado na década de 1940, intitulado *História da Lepra no Brasil*². Nessa obra, Souza Araújo aborda desde estudos sobre a origem da lepra no Brasil (1908), realizados pelo médico psiquiatra Juliano Moreira, até uma análise bibliográfica de obras de jesuítas que estiveram no país durante a colonização. Assim, o padre Manoel de Nobrega (1549), o frade André Thevet (1555), o pastor Jean de Lery (1557), o Frei Yves D'Evreux – que viveu no Maranhão – e o Dr. G Piso (1637) estiveram no país convivendo com indígenas e não relataram casos de lepra. O único caso que Souza Araújo menciona, ao menos neste período, como uma possível indicação de lepra entre os nativos, é a experiência do padre José de Anchieta (1553) em São Vicente. Souza Araújo resume a questão da seguinte forma: “Inúmeros outros viajantes e cientistas que no século passado percorreram o interior do nosso país chegaram à conclusão de que as nossas tribos puras não sofriam de lepra” (Souza Araújo, 1946, p. 5).

Outra referência relevante foi a coleção *Tratado de Leprologia*, fruto de um concurso de monografias promovido pelo Estado Novo nos anos de 1942 e 1943, por meio do Serviço Nacional de Lepra. O Tomo I discutiu a *História da lepra no Brasil e sua distribuição geográfica*, e foi assinada pelo médico formado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Flávio Maurano. No capítulo inicial, *Origens da lepra no Brasil*, Maurano (1950, p. 18) defende

¹ A tese de Costa (2007, p. 214-215) passa por esta discussão com Souza Araújo e Azevedo Lima. Em especial, menciona o caso contado por Souza Araújo em que a lepra teria chegado ao Paraná no século XX por conta da imigração russa.

² A obra consulta a produção bibliográfica de Nina Rodrigues.

a tese de que a lepra era desconhecida entre os nativos. Um de seus argumentos baseia-se na análise do idioma nativo, em que não havia qualquer registro relacionado à doença. Endossava o argumento de autores citados anteriormente a respeito da ausência de qualquer menção à doença entre os primeiros viajantes que descreveram os nativos reforça essa conclusão.

Nina Rodrigues, indo além, sugere que os indígenas brasileiros teriam imunidade à lepra. Para sustentar sua argumentação, ele menciona os estudos de Magalhães e do dermatologista francês Henry Leloir, que viajou à Europa para estudar a lepra e afirmava que a raça africana era suscetível à doença (Rodrigues, 1888, p. 107). Esses mesmos autores também são citados na obra de Souza Araújo, quase cinquenta anos depois. Portanto, a questão central era identificar se a disseminação da doença de *Hansen* se devia à influência europeia ou africana.

Os africanos eram frequentemente considerados suscetíveis à propagação ou imunização em relação a doenças no Brasil, como era o caso da febre amarela. Com a lepra não foi diferente. Alguns médicos como Azevedo Lima questionavam essa hipótese, uma vez que havia um processo de seleção da mão de obra escravizada, colocando em pauta a relação entre saúde e valor econômico (Costa, 2007, p. 217). Por outro lado, Souza Araújo dedicou um capítulo intitulado “Introdução e disseminação da lepra no Brasil pelos negros africanos” à questão. Após uma extensa revisão bibliográfica sobre a chegada de escravos ao Brasil desde os primórdios da colonização e a situação dos africanos em seu continente natal, ele concluiu que: “Tão altas incidências de leprose, nas mais variadas regiões da África, significam que essa doença é ali muito antiga e nota-se que a maioria dos escravos negros trazidos para o Brasil era oriunda dessas regiões leprogênicas”. Em seguida, ele questiona: “Como dizer-se, então, que na África não havia lepra e que os negros dali importados eram indenes desse mal?” (Souza Araújo, 1946, p. 14). A perspectiva dos médicos Juliano Moreira e Flávio Maurano caminhava na direção oposta, afirmando que os verdadeiros responsáveis pela lepra no Brasil eram os portugueses e espanhóis (Costa, 2007, p. 217). Em um país cuja questão da raça é uma lente de interpretação, a lepra não ficava de fora de uma chave de leitura racial:

À lepra associaram-se, em diferentes contextos nacionais, questões como raça, eugenio, hereditariedade e contágio, fornecendo não só os elementos necessários para a compreensão do conceito da doença nas décadas finais do século XIX, mas também reforçando os modelos etiológicos de exclusão já experimentados no seu combate (Costa, 2007, p. 108).

O estudo de Nina Rodrigues sobre a lepra lembrou essas questões não apenas para reforçar modelos existentes, mas também para apresentar novas maneiras de examinar o panorama geral da doença nas décadas finais do século XIX. Em sua perspectiva, a lepra estaria associada aos africanos e aos portugueses como responsáveis pela disseminação da doença no Brasil.

Na tentativa de mapear a questão da lepra no Maranhão, Nina Rodrigues buscou avaliar a distribuição geográfica da doença a partir da obra de Lourenço de Magalhães. Nela, tomando nota de dois médicos, Dr. Francisco Joaquim Ferreira Nina e Dr. Afonso Saulnier de Pierrelevée, Magalhães afirma que a lepra era observada nas regiões maranhenses de Mearim e Viana, afetando predominantemente a população negra. Por outro lado, o Dr. Santos Jacinto observou que a doença era especialmente prevalente em lugares insalubres, principalmente em áreas úmidas e pantanosas, onde a dieta era baseada principalmente em peixe e carne de porco (Rodrigues, 1888, p. 108-109). A historiadora Dina Czeresnia explicou como na longa duração as ideias de contagionismo e anticontagionismo foram se acomodando no imaginário social e às novas reivindicações científicas. A lepra, que era uma preocupação milenar, e passou por diferentes reinterpretações, esteve presente nas disputas do século XIX e seu entendimento não foi linear. Assim, “Contagionistas e anticontagionistas buscavam encontrar vínculos com a patologia e, assim, as diferenças entre suas teorias tenderam a se diluir” (Czeresnia, 1997, p. 87). Em tempo, a questão da higiene e salubridade foi um tema recorrente em sua trajetória intelectual, como discutirei mais tarde.

A análise do jovem Nina Rodrigues

Sua análise registra as condições de distribuição geográfica da região, os elementos envolvendo a história geográfica e populacional, as formas clínicas da lepra e as condições etiológicas gerais. Ao tratar da história geográfica e populacional, pensa a discussão da lepra em relação à natureza étnica de contaminação, observando a tese recorrente de médicos como José Lourenço Magalhães que atribuíam sua propagação aos portugueses. Nesse sentido, também sublinhou as hipóteses aventadas da possível imunidade indígena. Ao listar autores internacionais, como dermatologista francês Henry Leloir, discutiu a hipótese na qual a raça africana era infectada pela doença (Rodrigues, 1888, p. 107). É oportuno ressaltar que

tais teses vão sobreviver no Brasil por um longo período, constando, por exemplo, na produção do médico e especialista na doença de lepra, Souza Araújo. Para Souza Araújo, a expansão da lepra era decorrente do africano ou europeu. Para esclarecer, satisfaz observar o volume 1 da sua obra de fôlego, *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, publicada em 1946. No primeiro capítulo, nomeado de “Capítulo 1 – Da descoberta do Brasil até o fim do domínio espanhol (1500-1640)”, sua conclusão reconhecia, na metade do século XX, que “A hipótese da existência pré-colombiana da lepra na América é ainda hoje um assunto controvertido e de difícil solução” (Souza Araújo, 1946, p. 1).

A situação da lepra no Brasil se estendeu ao século XX como um problema de saúde pública e restrições de liberdade individual, inclusive, estigmatizando a população doente e buscando saídas institucionais. Com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (1920), a doença figurou na esfera administrativa da saúde pública por meio da criação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas (IPLDV), sob a chefia do dermatosifilógrafo Eduardo Rabello (Cunha, 2005, p. 44). A inconsistência no trato com a doença protagonizou na década de 1920 diferentes debates profissionais entre Rabello e o médico-sanitarista Belisário Penna – até mesmo na Academia Nacional de Medicina – acerca dos métodos para o isolamento dos leprosos, estatísticas e outros efeitos do combate à lepra que situa o estágio de conhecimento da própria doença naquele contexto.

No século XIX, especialmente quando Nina Rodrigues conduz o seu trabalho, a medicina havia possibilitado um entendimento mais amplo sobre a lepra. Segundo Dilma Costa, etiologia, sintomas e lesões orgânicas distintas contracenaram com o quadro clínico da doença, individualizo-o enquanto fenômeno patológico (Costa, 2007, p. 90). Não à toa, à medida que o médico maranhense se debruça na distribuição histórico-geográfica da doença no Maranhão, estabelecia discussões médicas que projetavam alternativas para uma melhor identificação.

Na esteira dessas indagações, o contágio foi objeto inicial da sua pesquisa. Na condição de estudante de medicina, articulou o tema com uma literatura internacional, alinhada ao patologista francês Charles Bouchard, autor de *Les auto-intoxications* (1887), e ao médico, também francês, Sigismond Jaccoud, que escreveu *Leçons de clinique medicale faites à la Pitié* (1888) (Rodrigues, 1888). A ideia do contágio foi posta à mesa em meio às controvérsias da literatura nacional que debatia as teses contagionista e anticontagionista. Aliás, uma das

principais autoridades no tema no país, e referência bibliográfica para Nina Rodrigues, era o Dr. José Lourenço de Magalhães, defensor da versão anticontagionista. Entretanto, sua posição considerou a pertinência dos trabalhos experimentais da bacteriologia e dos argumentos de outro médico, o Dr. Pacífico Pereira, adepto da versão contagionista da lepra. A controvérsia do contágio não deve ser lida nos estudos médicos do século XIX na tentativa de procurar uma teoria vitoriosa. Como argumenta a pesquisadora Dina Czeresnia (1997, p. 87), está em jogo observar como a discussão entre as teorias contagionista e anticontagionista participaram coletivamente para o desenvolvimento de um pensamento elaborado em relação ao contágio. Pensando a emergência da bacteriologia, Jaime Benchimol lembra que em meados da década de 1870 que Pasteur publicou os *Études sur la bière* para explicar processos fermentativos e oferecer explicações para o desenvolvimento de doenças humanas. Os seres microscópicos, portanto, seriam “[...] capazes de sobreviver à custa da matéria mineral, com ou sem oxigênio, usando como meio nutritivo e fonte de energia as formas mais simples de compostos carbônicos, como o álcool, o ácido acético ou o açúcar, e a amônia como fonte de nitrogênio” (Benchimol, 1999, p. 60). Não por acaso, a lepra foi objeto de desafio da microbiologia e da bacteriologia, uma vez que diferentes agentes etiológicos eram descritos no final do século XIX. Conforme explica Reinaldo Bechler (2012), apesar dos “postulados Henle-Koch” aparecerem apenas na década de 1880, ainda na década anterior [...] transcorriam inúmeras tentativas de provar que os microrganismos eram causadores de enfermidades infecciosas com base nas teorias de Jacob Henle (1809-1885), em voga desde o fim da década de 1860” (Bechler, 2012, p. 825).

Particularmente, três estudos de caso realizados por Nina Rodrigues assumiam que a perspectiva do contágio deveria ser admitida. Ao apresentar a história de três homens brancos, doentes de lepra, que viviam na região, descreveu que os indivíduos eram desprovidos, por meio da herança, do mal de *Hansen*. Em relação às críticas à tese anticontagionista, a conclusão foi pautada na seguinte afirmação,

Em resumo, a nossa conclusão é que o contágio exerce uma influência decidida sobre a propagação da lepra na província do Maranhão, influência idêntica a que lhe é atribuída nos outros países leprosos e que a opinião anticontagionista entre nós é antes um legado da crença dos nossos maiores do que o resultado da observação clínica e rigorosa (Rodrigues, 1888, p. 310).

A despeito da aceitação da teoria contagionista, a apostila na transmissão hereditária não foi completamente descartada no final do século XIX. Como comenta Dilma Costa (2007,

p. 170), algumas imprecisões relativas à prova do bacilo no organismo foram decisivas para estabelecer discordâncias e convergências entre contagionistas e anticontagionistas.

Àquela altura, a hipótese dos antecedentes hereditários causava incertezas em relação à propagação da doença. Igualmente ocorria nas pesquisas de Nina Rodrigues, uma vez que considerava a suposta hereditariedade da lepra quando mencionava aspectos relacionados aos antecedentes. Seu esquema para contornar a convergência entre contagionismo e anticontagionismo é bastante interessante. Segundo ele,

Não nos parece mesmo razoável restringir-se a ação da hereditariedade leprosa na intenção de favorecer a influência do contágio, pois que com a concepção que hoje temos da herança nas moléstias contagiosas os dois fatos de alguma sorte se identificam e se completam, de modo que se nos fosse permitido uma recíproca de expressões diríamos que a herança é o contágio da vida ovular e intrauterina, como o contágio é a herança da intimidade de relações na vida posterior ao parto (Rodrigues, 1888, p. 311-312).

A aparente controvérsia era resolvida por uma interpretação heredito-contagiosa. Isto é, considerando em maior ou menor grau o contagionismo e o anticontagionismo, Nina Rodrigues trabalhou com a premissa de que a proliferação da doença deveria ser dividida em três grupos. Assim, havia o grupo dos doentes de lepra na qual se constatava antecedentes hereditários; um segundo grupo representado pelo que chamou de leprosos com antecedentes “colaterais e afastados” – em outras palavras, representavam os indivíduos que compartilhavam uma ancestralidade em comum, mas que não há ascendência ou descendência entre eles; e, finalmente, um terceiro grupo de doentes de lepra cuja herança não era observada. O médico entendeu, a partir desse diagnóstico, que o segundo grupo é consideravelmente maior do que o primeiro (Rodrigues, 1888, p. 312-313). O resultado o fazia crer que a predisposição da doença de lepra teria mais relação com a transmissão hereditária, na qual, por consequência, facilitaria o contágio. No entanto, essa facilidade não significava, para ele, aceitar que o diagnóstico da lepra era necessariamente hereditário. Na década de 1890, a hipótese microbiana, embora fragmentada em diversas polêmicas, aparecia mais estável se comparada às décadas anteriores.

Para ilustrar, a tese de Dilma Costa menciona a atuação do médico tisiologista brasileiro José Jerônimo de Azevedo Lima. Sua relação com a lepra foi marcante, principalmente por dirigir no final do século XIX, o Hospital dos Lázarus, no Rio de Janeiro. O

médico ainda foi responsável pela criação de um laboratório dedicado ao estudo da leprologia. Costa comenta que a dificuldade em estabelecer as condições necessárias para a identificação do contágio oportunizava indagar as hipóteses relacionadas à herança. Azevedo Lima, como lembra a autora, ao apresentar trabalho na Primeira Conferência Internacional da Lepra, realizada em Berlim (1897), tratou da ação hereditária para a existência de um “estado constitucional”, cujo organismo do portador era dotado de pouca “resistência orgânica” (Costa, 2007, p. 190). Assim como o médico carioca, Nina Rodrigues presumia a predisposição como um dado relevante para compreender as hipóteses contagiosas.

Haja vista as disputas entre contagionistas e anticontagionistas, a orientação do discurso médico de Nina Rodrigues, à luz do final do século XIX, caminhou na tentativa de estabilizar as divergências, sobretudo, ao avaliar que o aspecto da herança não era suficiente para explicar os novos paradigmas da origem bacilar, materializados, entre outras, pela medicina experimental e os estudos laboratoriais.

Apontamentos: lepra e raça em Nina Rodrigues

Quando Nina Rodrigues é colocado em perspectiva histórica, salta aos olhos os seus estudos raciais em diferentes frentes de pesquisa. O cientista maranhense pensou as raças e desigualdades raciais no âmbito de doenças nervosas, doenças contagiosas, saúde pública, Código Penal, Código Civil, medicina legal e higiene. Embora muito conhecido na historiografia, parte da sua produção carece de investigações mais detalhadas em relação à sua literatura médica, expectativas profissionais, compreensões de sociedade, saber médico, e diferentes questões na temática racial que possibilitem expandir as diferentes fases de sua trajetória profissional.

Contribuição para o estudo da lepra na província do Maranhão, desenvolvida no início de sua formação médica, revela desde cedo o interesse por assuntos etnológicos, antropológicos e raciais. Desse modo, o empenho sobre a lepra ajuda a refletir de que maneira a sua interpretação racial foi sendo bordada. O historiador Felipe Monteiro (2016) ressalta que a publicação ultrapassa o campo da dermatologia e está inserida numa interpretação pertinente à formação racial brasileira. Haja vista a discussão realizada anteriormente entre contagionistas e anticontagionistas, o aspecto racial procurava estabelecer as possíveis

conexões entre hereditariedade e contágio da lepra. Essa abordagem racial era caracterizada por Nina Rodrigues como “etnologia”. Uma vez que o país guarda relações indissociáveis com a sua formação racial, a lepra marcava presença em uma chave de leitura de raça:

À lepra associaram-se, em diferentes contextos nacionais, questões como raça, eugenio, hereditariedade e contágio, fornecendo não só os elementos necessários para a compreensão do conceito da doença nas décadas finais do século XIX, mas também reforçando os modelos etiológicos de exclusão já experimentados no seu combate (Costa, 2007, p. 108).

Na primeira seção do texto, mencionei os esforços de Nina Rodrigues na verificação dos modelos científicos sobre a lepra, fartamente discutidos na literatura médica nacional e internacional do século XIX, de modo que o médico maranhense procurou fomentar estudos de caso para trazer contribuições à literatura. Nesse sentido, discussões conectadas à propagação da lepra por meio de origem racial – indígenas, europeus, africanos e seus cruzamentos – tomaram forma analítica.

O mosaico étnico que caracteriza o país desde a época de Nina Rodrigues era frequentemente disputado na (in)definição de uma identidade nacional. Afinal, qual seria o “tipo humano” do brasileiro? O século XIX, conhecido por sua força no campo da biologia, trazia em seu enredo propostas envolvendo evolucionismo, morfologia, antropologia, hereditariedade, fisiologia, inclusive para pensar o cruzamento racial das populações. A conclusão para vários intelectuais que se aventuraram em compreender as raças era a de que a etnologia teria alguma influência na patologia humana (Souza, 2021). Do ponto de vista da raça, o Brasil constituía um privilegiado laboratório para observar os efeitos do cruzamento humano. A mestiçagem das raças foi um tema inegociável para Nina Rodrigues desde o início da sua trajetória. Ao partir da concepção de que o país era indissociável à contribuição das três raças, dizia:

Nasce aqui a dificuldade da carência absoluta em que nos achamos de conhecimentos positivos acerca dos produtos de cruzamento das diversas raças que contribuirão e estão contribuindo para o povoamento do Império e dentre os quais a seleção natural terá de escolher aquele que de futuro deverá revestir definitivamente o tipo nacional (Rodrigues, 1888, p. 358).

O trecho é sintomático para revelar, ao menos naquele momento, algumas noções básicas da sua concepção de raça. Em primeiro plano, situou a carência de estudos a respeito dos cruzamentos raciais no Brasil. No final do século XIX há muito mais incertezas sobre a constituição das raças e de seus cruzamentos do que conclusões definitivas. As três décadas

finais do Oitocentos representam um esforço em compreender com base nas várias ciências disponíveis as possíveis diferenças ou semelhanças entre as raças (Maio, 2010). O segundo ponto foi atrelado à formação nacional, uma vez que Nina Rodrigues explicava que tais estudos colaborariam para o preenchimento do território nacional. Em terceiro lugar, a confiança nas ciências aparecia como decisiva para interpretar o país em relação à identidade do “tipo nacional” que apresentaria o Brasil ao mundo.

Por essas razões, apostava que o resultado dos cruzamentos raciais deveria acampar classificações e diferenciações. Em suma, era preciso discriminar os produtos humanos derivados da miscigenação, uma vez que existiam diferenças entre analisar uma “raça pura” e uma “raça” gerada por meio de cruzamentos. No segundo caso, quando constatado o cruzamento racial, há uma incógnita no modo como a mistura racial poderia causar modificações e variações nos organismos que impediam uma análise uniforme, especialmente quando comparada às “raças puras”.

Entre os fundamentos da sua conclusão estava a própria população maranhense. Nina Rodrigues acreditava que a mestiçagem havia coberto toda a província. A pureza dos indígenas tinha desparecido. O negro puro foi suprimido com o término do tráfico negreiro. Em relação à imigração europeia, a despeito dos franceses e holandeses, os portugueses pouco se interessaram para além da capital da província maranhense.

No esforço de indicar uma taxonomia humana, propõe a seguinte divisão: O branco, o caboclo, o mulato, o cafuzo e o negro. A caracterização de cada elemento, baseado no caldeamento racial, engendrava um “tipo humano” presente na formação racial brasileira. Essa taxonomia o ajudava a explicar como a questão racial se comportaria em relação à lepra. Além disso, discordava dos estudos dos médicos Ferreira Nina e Afonso Saulnier que entendiam a lepra na província maranhense ligada à raça negra. Afirmava, na verdade, que a sua investigação percebeu a lepra como manifestação sensível a diversos representantes étnicos da população maranhense (RODRIGUES, 1888, p. 365).

Nina Rodrigues examinou uma estatística fornecida pelo Dr. Afonso Saulnier, referente aos 98 leprosos registrados entre 1870 e 1888, pela administração do hospital dos lázaros daquela província. Foram apresentados os seguintes dados:

Tabela 1

Brancos	8
Pretos	44
Pardos	46
Total	98

Fonte: Rodrigues, 1888, p. 365

As estatísticas foram duramente criticadas por Nina Rodrigues pela ausência de rigor científico e imprecisão em relação à cor dos leprosos. Para ele, além do número de negros ser inferior ao de pardos, a categorização de “pardos” era indefinida pela incapacidade em saber que eram os mulatos, caboclos ou cafuzos. Por sua vez, o médico maranhense aplica a sua metodologia de classificação racial a partir dos estudos realizados no Hospital dos Lázarus (1888) e os números gerais de leprosos que encontrou em Anajatuba e outras localidades da província. A conclusão é a seguinte:

Tabela 2

Hospital dos Lázarus	
Brancos	1
Caboclos	5
Mulatos	14
Cafuzos	1
Pretos	6
Total	27
Anajatuba	
Brancos	5
Caboclos	21
Mulatos	10
Cafuzos	5
Pretos	6
Total	44

Estatística Geral	
Brancos	15
Caboclos	26
Mulatos	28
Cafuzos	3
Pretos	15
Total	87

Fonte: RODRIGUES, 1888, p. 366.

O quadro apresenta, em referência ao Hospital dos Lázarus, uma maioria de doentes de lepra classificada como mulatos. No entanto, quando observa Anajatuba, num recorte de 44 doentes, prevalece o caboclo. Na estatística geral despontam caboclos e mulatos, acompanhados de brancos e negros em número idêntico. Ou seja, quando a população era distribuída tendo em mente uma classificação mais delimitada do “tipo brasileiro”, a conclusão era a de que a lepra, ao contrário da afirmação de alguns médicos maranhenses, alcançava todas as raças. Em maior ou menor escala, a lepra atingia todas as classificações. Embora os cafuzos ocupem o lugar mais tímido da estatística de doentes, a estatística endossava, em certa medida, as teses de que os indígenas eram providos de maior resistência à doença. Por outro lado, a mestiçagem, seja ela derivada da raça branca ou da raça negra, evidenciava uma predisposição. Ao fim e ao cabo, ao menos no Maranhão, segundo Nina Rodrigues, a lepra alcançava o cruzamento das três raças, indicando que sua introdução na província era de origem africana e europeia.

Embora não seja o meu objetivo nesse texto, é preciso salientar que o médico maranhense também relatava questões bromatológicas, higiênicas e climáticas na manifestação da doença. Não por acaso, lembra: “[...] estamos convencidos de que as condições bromatológicas e climáticas exercem uma influência poderosa na manifestação da lepra, obrando como circunstâncias predisponentes” (Rodrigues, 1888, p. 405). A pluricausalidade da lepra era uma retórica recorrente nos estudos do final do século XIX. Como assegura o historiador Flávio Edler, deve-se notar a presença de discussões climática-

telúricas para avaliar que o meio ambiente modificava processos fisiológicos e a origem das doenças (Edler, 2011, p. 28). Apesar das dificuldades para encontrar um consensualismo, os paradigmas em disputa representavam o desejo de identificar as causas das doenças. Nesse sentido, “Os contagionistas enfatizavam a busca de uma causa verdadeira e específica da doença. Apesar de também tentarem precisar tal especificidade, os anticontagionistas enfatizavam a importância de se estudar a predisposição do corpo e do ambiente ao surgimento da doença”. (Czeresnia, 1997, p. 89).

Com base no expediente da pluricausalidade, a ideia da predisposição amplia a compreensão da lepra unicamente pela via da hereditariedade. Razão pela qual Nina Rodrigues estabelece diálogo entre predisposição e vícios, miséria, intoxicações e outras doenças. Sem esquecer o papel da alienação, cuja influência tinha como fio condutor o meio social, faço menção ao importante trabalho de Ana Maria Oda, quando notou um Nina Rodrigues aproximando a loucura religiosa de Antônio Conselheiro com o seu caráter mestiço e a sua ligação com o sertão (ODA, 2000, p. 142). O trecho a seguir, extraído de *A loucura epidêmica de Canudos*, caminha nesse sentido ao falar da liderança e dos jagunços:

Pelo lado etnológico não é jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em rigor o mestiço do sertão que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita. Muito diferente é o mestiço do litoral que a aguardente, o ambiente das cidades, a luta pela vida mais intelectual do que física, uma civilização superior às exigências da sua organização física e mental, enfraqueceram, abastardaram, acentuando a nota degenerativa que já resulta do simples cruzamento de raças antropológicamente muito diferentes, e criando, numa regra geral que conhece muitas exceções, esses tipos imprestáveis e sem virilidade que vão desde os degenerados inferiores, verdadeiros produtos patológicos, até esses talentos tão fáceis, superficiais e palavrosos quanto abúlicos e improdutivos, nos quais os lampejos de uma inteligência vivaz e de curto voo, correm parelhas com a falta de energia e até de perfeito equilíbrio moral (Rodrigues, 2006, p. 49).

Estudos em patologias sociais, raças e miscigenação se destacaram pela promessa de apontar novos rumos para a resolução de controvérsias marcadas na literatura médica do século XIX. De acordo com Mariza Corrêa, e presente neste texto, a questão racial como elemento patológico percorreu os trabalhos iniciais de Nina Rodrigues por meio da interpretação racial da população brasileira. Conforme a autora, “Seus trabalhos desse primeiro período (1886-1892) mostram também uma característica que se manterá

importante em sua atuação: a intervenção na realidade social de seu tempo” (Corrêa, 2013, p. 79). Para além da lepra, o aspecto da intervenção social pela técnica o acompanhou continuamente em outras frentes acadêmicas, como higiene e medicina legal. O determinismo marcou o pessimismo de Nina Rodrigues em relação à miscigenação e à população negra. No entanto, o historiador Filipe Monteiro ressalta a importância de considerar a relativização desse determinismo ao longo de sua trajetória, evidenciada por meio de diferentes estudos e influências teóricas, como a do antropólogo Edward B. Tylor: “Se, por um lado, seus diagnósticos estavam fundamentados em determinismos de raça, por outro, não ignoravam o agenciamento político, as identidades negociadas ou, como propunha Tylor, as mobilidades sociais pontuadas na escala da evolução” (Monteiro, 2016, p. 205).

Considerações finais

No início da trajetória profissional de Nina Rodrigues, a lepra despontou como um interesse acadêmico e social. A doença atingia várias localidades do Maranhão e, no âmbito da literatura médica, trazia imprecisões em relação às suas formas de contágio, influências climáticas, alimentação, geografia e raça. Tais preocupações mobilizaram Nina Rodrigues para debater as formas de propagação, teses contagionistas e anticontagionistas, hereditariedade, quadro clínico, entre outras apresentações da doença. Como exposto no decorrer do texto, o médico maranhense ficou convencido de que o contagionismo se sobreponha à definição única de propagação hereditária.

Na extensão do seu trabalho, as raças, do ponto de vista dos cruzamentos, foram colocadas em perspectiva para contra-argumentar a tese de que a lepra afetava apenas determinados grupos raciais. Em um país caracterizado pela mestiçagem era necessário, para ele, uma taxonomia dos “tipos humanos” que assinalasse fielmente os traços raciais da nacionalidade. Por intermédio de uma classificação específica das raças, desdobrando em subclassificações, Nina Rodrigues concluía que a lepra atingia todas as raças, mesmo em diferentes escalas. Avaliava, portanto, a importância de fatores como herança, contágio, condições bromatológicas e meteorológicas.

Na fase final de sua formação, o jovem médico optou pelo estudo de caso na sua província natal para dialogar com uma literatura em desenvolvimento sobre o diagnóstico e

proliferação da lepra. Porém, não se furtou de situar o debate no interior de um contexto de produção científica no qual considerava a viabilidade da medicina experimental e da bacteriologia. O tratamento do ponto de vista das teorias climática-telúricas revela os contrastes que permaneciam no tocante à compreensão da lepra na literatura médica. Se análise for debruçada nos escritos de décadas posteriores, como as de Heráclides Souza Araújo, a lepra, ou, posteriormente, a hanseníase, constitui um dos grandes desafios de médicos e reformistas políticos na saúde pública do Império e da República (Costa, 2007; Carrara, 1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHLER, Reinaldo Guilherme. Hansen versus Neisser: controvérsias científicas na ‘descoberta’ do bacilo da lepra. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, jul.-set. 2012.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vénus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- CORRÊA, Mariza. *Ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.
- COSTA, Dilma Fátima Avellar Cabral da. *Entre ideias e ações: medicina, lepra e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934)*. Tese de Doutorado. Niterói, RJ: UFF, 2007.
- CUNHA, Vivian da Silva. *O isolamento compulsório em questão: políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
- CZERESNIA, Dina. 'Do contágio à transmissão: urna mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia'. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 4, n. 1, 1997.
- EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.
- GOOGLE. 2021. Maranhão. [s.l.]: Google Maps. <https://www.google.com/maps/@-3.2300373,-44.7916213,11z?hl=pt-BR> (acesso em 23 de junho de 2023).
- MAIO, Marcos Chor. A Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma trajetória científica. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 1995.
- MAIO, Marcos Chor. Raça, Doença e Saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MAURANO, Flávio. *Tratado de Leprologia: História da lepra no Brasil e sua distribuição geográfica.* Tomo I, v. 1 (2^a Ed.). Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Lepra, 1950.

MONTEIRO, Filipi. A epidemia de dança de Itapagipe: raça, loucura e religião (Salvador, 1882). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 70, p. 157–192, 2025.

MONTEIRO, Filipe Pinto. *O “racialista vacilante”:* Nina Rodrigues sob a luz de seus estudos sobre multidões, religiosidade e antropologia (1880-1906). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *Alienação mental e raça:* a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Nina Rodrigues e a loucura epidêmica de Canudos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 3, n. 2, 2000.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

RODRIGUES, Nina Raimundo. Contribuição para o estudo da lepra na província do Maranhão. *Gazeta Médica da Bahia*, v.6, 1888.

RODRIGUES, Nina Raimundo. Contribuição para o estudo da lepra na província do Maranhão. *Gazeta Médica da Bahia*, v.7, 1889.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão:* médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SOUZA ARAÚJO, Heráclides César de. *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

SOUZA, Breno Sabino Leite de. *Etnografia, arqueologia e indigenismo no Museu Paulista:* índios, colonização e a construção do Brasil Meridional de Hermann von Ihering (1894-1916) Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021.